

EIXO: Balanço político e plano de ação

Considerando que:

1-No segundo semestre, o Governo Federal anunciou novo pacote de “ajuste fiscal”, incluindo aumento nas contribuições previdenciárias de servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS); redução salarial daquelas/es que estão em estágio probatório e implementação de desestruturações nas carreiras, e, por meio da MP 792/2017, institui Programa de Desligamento Voluntário (PDV), para realizar “enxugamento da máquina pública” e diminuição do Estado; por meio do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), Temer anunciou amplo plano de concessões e privatizações em áreas estratégicas como energia elétrica, aeroportos, terminais portuários, e até mesmo da Casa da Moeda; corte de 60mil cargos públicos e congelamento salarial de servidores/as;

2-Os ataques a educação pública e aos trabalhadores do setor avançam por meio: da discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para educação infantil e ensino fundamental- uma proposta autoritária e discriminatória em relação às questões de gênero, etnia e diversidade sexual e fragmentadora do sistema de ensino; do Programa Escola Sem Partido, apresentado em Projetos de Lei federal, estaduais e municipais- que desqualifica o professor, criminaliza a Prática Docente, cerceando a liberdade de ensinar e aprender, garantida na CF, na LDB e em Acordos Internacionais; da contrarreforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017 - que exclui Filosofia e a Sociologia do currículo e objetiva diminuir a possibilidade de os(as) jovens fazerem uma leitura crítica do mundo, além de admitir a presença de pessoas com notório saber no ato educativo; dos cortes e contingenciamento de verbas do no sistema de C&T e das IES públicas (federais, estaduais e municipais), com diminuição de verbas para a Assistência Estudantil – que podem inviabilizar o funcionamento dessas instituições e comprometer seriamente o complexo público de ciência e tecnologia, colocando-o a serviço dos interesses das empresas, de acordo com o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016), gerando perda da autonomia das Universidades e instituições de pesquisa na produção do conhecimento, bem como dificultar a permanência e aumentar a evasão dos jovens das famílias trabalhadoras nas IES públicas; da decisão do STF a favor da cobrança de cursos de especialização nas instituições de ensino superior públicas - violação ao princípio constitucional; da intensa precarização do trabalho dos docentes da Educação Básica e Superior com a ampliação da contratações temporárias por meio das Organizações Sociais, trabalho voluntário; da militarização da gestão de escolas públicas; da PEC nº 53/2016 que visa impedir o direito de greve na educação; A intensificação desses ataques exige o fortalecimento das iniciativas que visam a construção de um Projeto classista e democrático para este setor – tarefa que está pautada pela Coordenação Nacional das Entidades Em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) na organização do III Encontro Nacional da Educação (III ENE). Deve-se considerar que setores ligados a defesa do Plano Nacional de Educação aprovado no governo Dilma estão convocando uma Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) para abril de 2018;

3-Os ataques machistas, racistas e lgbtbfóbicos, especialmente para as pessoas da classe trabalhadora, agudizaram-se na sociedade brasileira, em resposta as lutas dos movimentos sociais e sindical contra as políticas elitistas e intensificação das repressões nos últimos governos: o assédio sexual, estupro e feminicídio, a repressão sobre a população indígena,

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

quilombolas e do campo, resultando em mortes perpetrados por latifundiários e pelo agronegócio, diante da luta da retomadas de seus territórios; a intensificação da violência e assassinato da população LGBT; A xenofobia sobre os trabalhadores migrantes representa outro elemento emergente na luta contra as opressões. Diversos/as companheiros/as tem buscado no Brasil um refúgio para as situações de calamidade causadas pela guerras patrocinadas pelos países imperialistas, pelos desastres naturais, crise econômica e pauperização de suas comunidades. A conjuntura demanda uma leitura interseccional das diferentes opressões, como racismo, lgbtphobia e machismo com sua centralidade na luta de classes.

O III Congresso da CSP-Conlutas resolve:

- 1-Fortalecer os fóruns estaduais dos Servidores Públicos Federais e intensificar as ações unitárias de servidores/as públicos/as federais, estaduais e municipais com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, para derrotar a contrarreforma da previdência, revogar a contrarreforma trabalhista, a lei das terceirizações e demais legislações que retirem os direitos dos/as trabalhadores/as;
- 2-Lutar pela revogação da Lei nº 13.334/2016 que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI);
- 3-Lutar contra o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) instituído pela MP 792/2017 e realizar ampla campanha de divulgação dos prejuízos aos servidores/as e ao serviço público de forma geral;
- 4-Articular a construção de um dia nacional de luta em defesa do servidor público e contra a precarização dos serviços públicos, tendo por eixo a defesa da Previdência Social Pública e demais direitos sociais;
- 5-Divulgar a cartilha produzida pelo Fórum dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) sobre o PDV;
- 6-Criar nos estados, junto com outros setores que defendem a educação pública, Frentes Estaduais em defesa das Universidades Públicas, e contribuir com a formação de uma Frente Nacional com o mesmo objetivo, solicitando audiências nas assembleias legislativas, em defesa dessas IES, apoiando iniciativas que visem defender a educação pública em todos os níveis e modalidades do ensino, tais como as ocupações estudantis, com denuncia e combate a quaisquer ações de criminalização e perseguições políticas;
- 7-Continuar acompanhando a discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, denunciando seu caráter autoritário, seu viés discriminatório em relação às questões de gênero, etnia e diversidade sexual e fragmentador do sistema de ensino;
- 8-Lutar pela revogação da Lei nº 13.415/2017 que instituiu a contrarreforma do Ensino Médio;
- 9-Denunciar amplamente a decisão do STF de permitir a cobrança de cursos pagos nas IES públicas, exigindo dos órgãos colegiados superiores dessas instituições que não sejam autorizadas tais cobranças;
- 10- Denunciar amplamente a atuação do STF, intensificada nos últimos anos, com medidas que, com a utilização do discurso de “flexibilização”, retiram direitos trabalhistas e destroem conquistas de trabalhadores e trabalhadoras, subvertendo seu papel de salvaguarda da Constituição.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

11-Fortalecer os fóruns/comitês estaduais em defesa da educação, ou criá-los a onde não exista, visando a realização do diagnóstico educacional da CONEDEP, como base para a organização dos Encontros preparatórios ao III Encontro Nacional de Educação, no 1º semestre de 2018, bem como a realização desse evento, no 2º semestre de 2018, e demais lutas do setorial da educação;

12-Realizar uma reunião com entidades do setor da educação da CSP-Conlutas e Coordenação das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) para debater a CONAPE;

13-Acrescentar nas bandeiras de luta da educação pública a inclusão e permanência das pessoas com deficiência nas IES, pautando: defesa de seus direitos, combate a opressão, combate ao capacitismo e as consequências negativas da anunciada contrarreforma para essas pessoas, defesa de políticas de cotas nas IES, criação de decretos em nível estadual e municipal, com base no Decreto 9.034/2017; de adequações nos processos de seleção de acesso, acréscimo de vagas, cotas/bônus para o ingresso nas IES públicas, institutos federais, CEFET e colégios de aplicação; e de cotas de vagas para concursos de docentes e técnico-administrativos em educação;

14-Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente em nível federal, estadual e municipal (trabalho voluntário, utilização de estagiários, contratação via OS, etc);

15-Lutar contra a instituição e implementação do Programa Escola Sem Partido, nos âmbitos federal, estadual e municipal, denunciado seu caráter desqualificador e criminalizador da Prática Docente;

16-Lutar contra as propostas de militarização das escolas públicas, desmistificando o discurso de que isso garante uma boa gestão dessas instituições;

17-Lutar pela revogação da PEC 95/2016 e reversão dos cortes de verbas nas IES públicas e do contingenciamento das verbas já orçadas nas LDO da União, dos Estados e dos Municípios;

18-Lutar pela revogação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016) e dos cortes orçamentários nas instituições de amparo a pesquisa nos âmbitos federal, estadual e municipal;

19-Realizar uma Campanha Contra o Assédio Sexual e Moral na CSP-CONLUTAS no âmbito dos sindicatos e movimentos sociais que a compõem, intensificando a denúncia e o combate a essa situação;

20-Debater mecanismos que possibilitem o aumento da representação de mulheres na CSP-CONLUTAS;

21-Intensificar o debate sobre a realidade das comunidades migrantes no Brasil, para reivindicar políticas públicas que garantam seus direitos sociais.

22-Denunciar permanentemente a ofensiva do latifúndio/ agronegócio/ mineração contidas nos PL, MP, CPI e suas consequências perversas para as populações originárias, tradicionais, trabalhadores rurais, por meio da imprensa sindical e em eventos políticos da Central, articulando, com outras entidades e movimentos sociais, lutas concretas contra essa ofensiva;

23-Lutar contra a aprovação dos PL nº 6442/2016, PLS nº 654/2015 e das PEC nº 215/2000, PEC nº 65/2012, que, em geral, afetam licenças ambientais em áreas indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e reservas legais, o PL nº 4059/2012 e seu substitutivo que autoriza venda de terras a estrangeiros sem estipular limites, exigindo a revogação de leis que retiram direitos e conquistas dessas populações, a exemplo a Lei nº 13.465/2017 (MP 759/2016) que aprovou novas regras para regularização fundiária, autorizando a venda de terras públicas no campo e na cidade e facilita a concentração fundiária, a grilagem de terras,



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

a degradação ambiental e também facilita a alienação imobiliária nas universidades;
24- Criar uma campanha nacional em defesa dos lutadores/as que estão sendo perseguidos, exonerados, afastados de suas funções em vários estados, em muitos casos por ações promovidas pelo Ministério Público.